

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

FACULDADE DE MEDICINA

**Implicações cognitivas do divórcio no desenvolvimento e na
saúde mental da criança: uma perspectiva cognitiva
comportamental.**

Belo Horizonte

2012

TAMARA SIQUEIRA PASSOS

**Implicações cognitivas do divórcio no desenvolvimento e na
saúde mental da criança: uma perspectiva cognitiva
comportamental.**

Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do título de especialista em Psicoterapias Cognitivas junto à Universidade Federal de Minas Gerais, no departamento de Saúde Mental.

Orientador: Prof. Dr. José Carlos
Cavalheiro da Silveira

Belo Horizonte

2012



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM PSICOTERAPIAS COGNITIVAS
www.sam.medicina.ufmg.br

ATA DA DEFESA DE MONOGRAFIA de **TAMARA SIQUEIRA PASSOS** nº de registro 2011671080. No dia **dez de fevereiro de dois mil e doze**, reuniu-se na Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais, a Comissão Examinadora indicada pela Coordenação do Curso de Especialização em Psicoterapia Cognitiva, para julgar, em exame final, o trabalho intitulado: **“IMPLICAÇÕES COGNITIVAS DO DIVÓRCIO NO DESENVOLVIMENTO E NA SAÚDE MENTAL DA CRIANÇA: uma perspectiva cognitiva comportamental”**, requisito final para a obtenção do Grau de Especialista em Psicoterapias Cognitivas, pelo Curso de Especialização em Psicoterapias Cognitivas. Abrindo a sessão, a Presidente da Comissão, Dr^a. Rute Velasquez, após dar a conhecer aos presentes o teor das Normas Regulamentares do trabalho final, passou a palavra à candidata para apresentação de seu trabalho. Seguiu-se a arguição pelos examinadores, com a respectiva defesa da candidata. Logo após, a Comissão se reuniu sem a presença da candidata e do público para julgamento e expedição do resultado final. Foram atribuídas as seguintes indicações:

Dra. Rute Velasquez

Instituição: Newton Indicação: Aprovada
Paiva

Prof. José Carlos Cavalheiro da Silveira

Instituição: UFMG Indicação: Aprovada

Pelas indicações a candidata foi considerada aprovada
recebendo a nota final de 95 pontos.

O resultado final foi comunicado publicamente à candidata pela Presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar, a Presidente encerrou a sessão e lavrou a presente ATA, que será assinada por todos os membros participantes da Comissão Examinadora. Belo Horizonte, 10 de fevereiro de 2012.

Dra. Rute Velasquez Rute Velasquez

Prof. José Carlos Cavalheiro da Silveira José Carlos Cavalheiro da Silveira

Prof. José Carlos Cavalheiro da Silveira/ Coordenador José Carlos Cavalheiro da Silveira

Este documento não terá validade sem a assinatura e carimbo do Coordenador.

Prof. José Carlos Cavalheiro da Silveira
Coordenador do Curso de Especialização em
Psicoterapias Cognitivas
Faculdade de Medicina da UFMG
Insc: 14199-2

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	05
2. REFERENCIAL TEÓRICO	07
2.1 Divórcio	07
2.2 Desenvolvimento Cognitivo Infantil	10
2.3 Saúde Mental da Criança	14
2.4 Terapia Cognitivo-Comportamental	16
3. MÉTODOS	20
4. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	21
5. CONCLUSÃO	24
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	25

RESUMO

A presente monografia busca compreender as implicações cognitivas relativas ao divórcio parental no desenvolvimento cognitivo e na saúde mental da criança que vivencia esse evento, com a finalidade de contribuir para o enriquecimento desse domínio e auxiliar os terapeutas cognitivo-comportamentais na compreensão e no tratamento dos membros envolvidos.

Métodos: Realizou-se uma revisão bibliográfica, recorrendo às palavras-chave: divórcio, desenvolvimento cognitivo, saúde mental infantil e terapia cognitivo-comportamental, na base de dados do SciELO e em livros da especialidade.

Resultados e Discussão: O divórcio em si não se apresentou como determinante de prejuízos ao desenvolvimento cognitivo e a saúde mental da criança, mas os aspectos relativos ao divórcio como: redução dos recursos financeiros familiar, conflito parental, ausência de um dos pais e a comunicação deficitária entre o casal e a criança se mostraram como fatores que podem ser comprometedores para a criança se não forem bem administrados. Para esse estudo, foram abordados respectivamente quatro temas que são eles: o divórcio, o desenvolvimento cognitivo da criança, a saúde mental infantil e a terapia cognitivo-comportamental. **Conclusão:** Conclui-se com esse estudo que a terapia cognitivo-comportamental pode ser uma excelente abordagem psicoterápica para o tratamento de famílias que experienciam o divórcio parental, visto que o manejo adequado dos fatores que podem afetar a criança se mostrou decisivo na redução dos danos do evento no desenvolvimento cognitivo e na saúde mental da criança.

Palavras-Chave: Divórcio. Desenvolvimento cognitivo. Saúde mental infantil. Terapia cognitivo-comportamental.

1. INTRODUÇÃO

O número de divórcio¹ no Brasil vem aumentado significativamente nos últimos anos. Segundo os dados do IBGE (2010), foram registrados 179.866 divórcios no ano de 2010, sendo em maior parte no estado de São Paulo com registro de 52.485, seguido pelo estado de Minas Gerais com 20.782 divórcios. Esses dados referentes ao divórcio é o maior desde 1984 e comparado ao ano de 2009, o acréscimo foi de 36,8%. Os aspectos que desencadeiam o divórcio não serão relevantes neste estudo.

Diante desse progressivo aumento no número de divórcio, torna-se necessária a compreensão do impacto deste evento na vida das crianças, tratadas neste estudo, segundo os estágios propostos por Jean Piaget, a saber, o segundo e terceiro estágios que compreendem a faixa etária dos 02 aos 11 anos, fase em que essas, geralmente, apresentam melhor capacidade de compreensão dos acontecimentos em seu entorno.

Alguns estudos sobre as implicações do divórcio do par parental apontam para uma diminuição do bem-estar individual e familiar dos envolvidos (NUNES-COSTA *et al.*, 2009). Dessa forma, as intervenções terapêuticas poderão ser realizadas a fim de minimizar os possíveis danos no desenvolvimento e na saúde mental dessas crianças.

O desenvolvimento da criança, tratado neste estudo, será o cognitivo que está ligado ao desenvolvimento de capacidades mentais, entre elas, a intelectual, emocional e a perceptiva. Nesse processo de desenvolvimento a criança é fortemente influenciada pela relação entre os adultos e o mundo. Ela pode sofrer implicações em decorrência de vários eventos, como por exemplo, o divórcio do par parental que são os principais responsáveis pela educação do/s filhos/as e no desenvolvimento cognitivo da criança. Para discutir essas questões serão abordados os pressupostos teóricos essenciais da Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC).

¹ Segundo Diniz (2006) o divórcio é a dissolução de um casamento válido, ou seja, a extinção do vínculo matrimonial, que se opera mediante sentença judicial, habilitando as pessoas a convolar novas núpcias.

Estudos sobre a saúde mental infantil revelam que algumas psicopatologias podem ser desencadeadas após a vivência do divórcio, tanto nos cônjuges quanto na criança e alguns destes autores discutem sobre a psicopatologia na criança advinda de uma psicopatologia presente em um dos pais, um exemplo disso é uma mãe com depressão que perde a motivação para cuidar do filho, reduz o afeto e outros comportamentos que acabam por gerar na criança sentimentos depressivos ou outro tipo e transtorno.

Conforme apresentado, procura-se evidenciar as implicações cognitivas do divórcio no desenvolvimento cognitivo e na saúde mental da criança, segundo a perspectiva da TCC. A seguir, serão apresentados o problema, a hipótese e os objetivos deste estudo.

Problema

O objeto deste estudo faz referência às implicações cognitivas e desenvolvimentais vivenciadas pelas crianças em decorrência do divórcio do par parental.

A presente pesquisa teórica tem como finalidade contribuir para o enriquecimento deste domínio, explorando a hipótese principal que o divórcio do par parental pode produzir impactos que prejudicam o desenvolvimento cognitivo e a saúde mental do(s) filho(s) pequeno(s). O objetivo principal deste estudo é compreender como o divórcio do par parental afeta o desenvolvimento da cognição e a saúde mental do(s) filho(s). Mais especificamente, os objetivos deste estudo são três: (a) elucidar sobre quais aspectos do desenvolvimento cognitivo são prejudicados pelo divórcio, (b) elucidar sobre quais patologias podem se desenvolver nas crianças em decorrência da vivência do divórcio e (c) definir os pressupostos teóricos da Terapia Cognitivo-Comportamental que norteiam. O presente estudo está organizado em quatro momentos. Num primeiro momento, são explicitados os principais estudos encontrados sobre o divórcio, em seguida são expostos os aspectos que caracterizam o desenvolvimento cognitivo infantil, depois são apresentadas as principais psicopatologias que afetam a saúde mental infantil e por último são expostos os pressupostos essenciais da Terapia Cognitivo-Comportamental.

Nesta monografia espera-se obter conhecimentos que poderão auxiliar os terapeutas cognitivos na compreensão do fenômeno (divórcio) e de suas implicações nas crianças, para tratamentos via terapia cognitivo-comportamental das crianças e famílias que sofrem com o processo de divórcio do par parental.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Divórcio

Segundo Raposo *et al.* (2010) o divórcio tem sido considerado como um evento estressante para as famílias, que gera uma série de mudanças na vida destes que passam a ter que se ajustar a nova vida, e com isso há um aumento na probabilidade dos pais e das crianças vivenciarem um mal-estar psicológico, piores níveis de felicidade e maiores índices de sintomatologia psicológica, como a depressão e a ansiedade.

O divórcio exige dos pais um grande esforço no sentido de minimizar o sofrimento e os danos advindos da dissolução conjugal. Raposo *et al.* (2010) acrescenta que o divórcio é um desafio para a regulação desenvolvimental, que faz com que o adulto ative a maioria dos seus sistemas comportamentais e cognitivos para conter os seus efeitos negativos e potenciar uma adaptação saudável em todos os membros da família, à nova condição familiar.

Estudos na área apontam alguns fatores considerados de risco para um ajustamento negativo do processo de separação, como a diminuição no contato com um dos pais (o que não possui a guarda da criança), o conflito intraparental (pai-mãe) e alterações do padrão financeiro da família. (HETHERINGTON EM, KELLY J., 2002, AMATO PR., 2001, AMATO PR, KEITH B, 1991, *apud* NUNES-COSTA *et al.*, 2009).

Ao tratar-se do aspecto financeiro da família após o divórcio, Nunes-Costa *et al.*(2009) afirma que há uma tendência de que os pais detentores da guarda do/s filho/s, experienciem um acentuado declínio nos recursos econômicos disponíveis para responder às necessidades da família, o que acaba obrigando este pai a aumentar o número de horas de trabalho, na tentativa de aumentar os rendimentos financeiros disponíveis, tornando mais difícil para os pais separados envolverem-se nas atividades escolares dos filhos.

Quanto à diminuição do contato com um dos pais, Papalia *et al.* (2009) dizem que a frequência do contato com o pai não é tão importante quanto a qualidade do relacionamento entre pai e filho e que se o pai não-residente for assertivo, essas crianças, tendem a ter um melhor desempenho na escola e apresentar menos problemas comportamentais. Portanto, entende-se que neste caso o maior risco para a criança é a falta de afeto, cuidado, atenção e carinho, do pai não-residente.

Apontado por diversos estudos como o mais prejudicial de todos os fatores decorrentes do divórcio é o conflito intraparental. Segundo Buchanan C, Heiges K.,

(2001, *apud* NUNES-COSTA *et al.*, 2009) é empiricamente estabelecido que o conflito entre os pais é a principal dimensão envolvida na má adaptação dos filhos à sua separação.

Segundo Jablonski *et al.* (2004) a comunicação entre o par parental costuma ser pequena e para agravar ainda mais a situação, essa comunicação às vezes é feita, por meio dos filhos, que passam a intermediar o relacionamento de seus pais.

Quando esse processo não é bem resolvido, é provável que ocorra conflitos de diversas ordens, e também “guerras” judiciais, sendo, portanto, necessário o auxílio profissional, seja de terapeutas familiares ou de mediadores. A mediação visa a melhorar a capacidade de diálogo para alcançar uma solução mais afável para os conflitos (SCHABBEL, 2005, *apud* CANO *et al.*, 2009).

Conforme Benetti (2006), dificuldades na relação do casal diminui o envolvimento e a disponibilidade parental, principalmente a disponibilidade paterna e quando esta relação é conflituosa, produz impacto principalmente na relação pai-filho/s, no qual observou-se menor envolvimento e interesse paterno pelos filhos, em contrapartida a relação mãe-filho/s tende a manter-se mais estável.

Os relacionamentos do/s filho/s podem ser mais saudáveis, caso o pai que detém a custódia seja afetuoso, assertivo, monitore as atividades da criança, mantenha expectativas apropriadas para a idade da criança e der-lhe apoio, se o conflito diminuir e se o genitor não residente mantiver contato próximo e envolvimento com o filho (AHRONS E TANNER, 2003; KELLY E EMERRY, 2003 *apud* PAPALIA *et al.*, 2009).

Outro dado importante sobre o conflito parental refere-se ao nível de discordância no qual aconteceu o divórcio, que caso tenha sido crônica, explícita ou destrutiva a criança talvez fique em melhor situação após o divórcio (AMATO, 2003; AMATO E BOOTH, 1997 *apud* PAPALIA *et al.*, 2009).

Portanto, a adaptabilidade ao divórcio parental, por parte da criança se mostrou ligada ao manejo destes aspectos (conflito conjugal, segurança financeira e o reduzido contato com o pai que não possui a guarda da criança), porém não se finda nisso, outros autores como Kelly J, Emery R., (2003) *apud* Nunes-Costa *et al.*, (2009), apontam que as dimensões como a autoestima, a competência cognitiva e a autonomia da criança, aliadas a sistemas de suporte social, podem contribuir positivamente à adaptabilidade da criança. Papalia *et al.*, (2009) defendem que adaptação da criança ao divórcio pode depender em parte da idade ou maturidade, gênero, temperamento e adaptação psicossocial da criança antes de sua ocorrência.

King e Heard (1999) apud Jablonski *et al.*, (2004) afirmam também que as mães que estão satisfeitas com o pai, irá beneficiar a adaptação do filho ao divórcio.

Constatou-se também por esses mesmos autores que as crianças mais novas podem ficar mais ansiosas com o divórcio e também tendem a apresentar percepções menos realistas da causa do divórcio, se tornando, portanto mais propensas a culpar a si mesmas pelo ocorrido. Esta autoresponsabilização por parte da criança com relação ao divórcio parental também foi encontrada no estudo de Nunes-Costa *et al.*, 2009 no qual a imaturidade emocional e cognitiva das crianças fazem com que as crianças pequenas sejam menos capazes de avaliar realisticamente as causas, os processos e as consequências do divórcio centralizando em si mesmas a responsabilidade pelo evento, diminuindo com isso a capacidade de buscar apoio social para reduzir o seu nível de aflição (NUNES-COSTA *et al.*, 2009). Como é comum ser visto nos consultórios psicológicos, esta dificuldade da criança em compreender que ela precisa de ajuda e que ela não é o pivô do rompimento conjugal dos pais.

A determinação da faixa etária em que as crianças conseguem ou não adaptar-se mais rapidamente ao divórcio, é divergente entre alguns estudos. Encontra-se nos estudos de Papalia *et al.*, (2009) que embora a crianças pequenas se tornem mais ansiosas com o divórcio, elas podem adaptar-se mais rapidamente do que as mais velhas, que entendem melhor o que esta se passando, já os estudos Sobolewski J, Amato P, (2007) apud Nunes-Costa *et al.*, (2009), concluíram que as crianças menores apresentam maior risco desenvolvimental para trajetórias sociais e emocionais desadaptadas em comparação com crianças de mais idade.

Conforme Lamela *et al.* (2010) existem pesquisas mais recentes que comprovam que o desenvolvimento das crianças podem ser melhor explicados pela qualidade da coparentalidade e o seu impacto nas relações familiares.

O termo coparentalidade é definido por Feinberg, (2003 apud LAMELA *et al.*, 2010) como a relação diádica entre os pais na elaboração e execução de um plano parental conjunto para os seus filhos. Já o termo parentalidade, segundo Thompson & Laible, (1999 apud SILVA, 2003) diz respeito a uma série de responsabilidades essenciais para com os filhos, tais como garantir a satisfação das necessidades econômicas e materiais, oferecer orientação e instrução, exercer autoridade, promover trocas afetivas e partilhar experiências do dia-a-dia.

Segundo Hetherington (2006 apud NUNES-COSTA *et al* 2009), os estudos sobre a coparentalidade revelam que quanto melhor e maior for a cooperação, o respeito e a comunicação entre os pais na condução da educação dos filhos, melhor é o ajustamento da criança, e também o forte envolvimento do pai que não possui a

guarda do filho caracterizado e um estilo parental democrático influencia o bem-estar da criança em dimensões como o rendimento escolar ou o estado de saúde da criança.

Cano *et al.* (2009) acrescentam a importância da guarda compartilhada, os divórcios menos hostis, a satisfação com apoio financeiro e a existência de baixos níveis de conflitos entre os ex-cônjuges contribuem para uma relação coparental mais satisfatória. Shapiro e Lambert (1999 *apud* JABLONSKI *et al.*, 2004) concordam que a guarda compartilhada dos filhos são vistos de forma benéfica e positiva, pois mantêm os pais biológicos envolvidos em todos os aspectos da vida de seus filhos.

Como foi descrito acima são vários os fatores relativos ao divórcio que contribuem para o estabelecimento do mal estar nas crianças, e que podem ser agravados pela relação conflituosa entre os pais tendo seus efeitos transferidos a longo prazo, como revela algumas pesquisas, onde 25% dos filhos de divórcio atingem a idade adulta com graves problemas sociais, emocionais ou psicológicos (HETHERINGTON & KELLY, 2002 *apud* PAPALIA *et al.*, 2009), e mesmo os que não apresentarem problemas sérios na idade adulta, poderão ter sentimentos pendentes de tristeza, preocupação ou arrependimento, ou mesmo de pesar ou aflição, geralmente relacionados a um sentimento de falta de controle sobre suas vidas (KELLY E EMERRY, 2003 *apud* PAPALIA *et al.*, 2009).

Sendo assim, o divórcio parental constitui-se em uma categoria complexa e plausível de estudos para minimizar seus efeitos na formação de um indivíduo equilibrado cognitivamente e emocionalmente.

Na sequência, serão expostas a definição e as dimensões do desenvolvimento cognitivo infantil.

2.2 Desenvolvimento Cognitivo Infantil

O desenvolvimento humano tem sido muito estudado por diversas áreas do conhecimento, como: psicologia, psiquiatria, sociologia, antropologia, biologia, genética, ciências da família, educação, história filosofia e medicina (PAPALIA *et al.*, 2009). As contribuições dos diversos campos de estudos implicam hoje em uma gama de conhecimento acerca do ser humano, em como este se desenvolveu, se desenvolve e se desenvolverá, suas particularidades e como ele pode ser influenciado e até mesmo modificado.

Atualmente sabe-se que as influências sobre o desenvolvimento têm suas origens na hereditariedade (traços inatos ou características herdadas dos pais biológicos) e no ambiente interno e externo (o mundo que está do lado de fora do eu e que começa no útero, e a aprendizagem relacionada à experiência), esses aspectos, portanto, devem ser considerados para se compreender o desenvolvimento humano (PAPALIA *et al.*, 2009).

Quanto aos aspectos hereditários, existe hoje vultuosas pesquisas que visam desvendar os mistérios da gênese humana. Já consegue-se determinar com precisão a localização dos genes respectivos ha algumas doenças hereditárias, pode-se até mesmo com isso, prever os riscos de se gerar um filho com defeitos genéticos ou cromossômicos, caso a família tenha um histórico de doenças hereditárias. Esses estudos aprofundam-se vertiginosamente e no futuro os pais poderão escolher quais características que seus filhos herdarão.

Ao tratar-se do aspecto ambiental são várias as indagações sobre as influências dos contextos sociais, históricos, econômicos e culturais sobre o desenvolvimento humano, bem como as inúmeras pesquisas que visam prever os impactos futuros de uma experiência em dada momento da história de vida do indivíduo, como quais serão os impactos do acesso a internet nas crianças nos dias atuais nos relacionamentos futuros, já que ao mesmo tempo em que se amplia os relacionamentos entre pessoas diferentes de vários lugares do mundo, é também reduzido o contato físico com pessoas próximas.

Os aspectos referentes ao contexto econômico, como: moradia, acesso a saúde, e educação, renda familiar mostram-se em inúmeros estudos, um ponto relevante sobre a qualidade do desenvolvimento das crianças pertencentes a um contexto econômico caótico. Segundo Papalia *et al.* (2009), a pobreza pode ser prejudicial para o bem estar físico, cognitivo e psicossocial das crianças e das famílias e o mal causado por ela, de maneira indireta pode ter implicações no estado emocional dos pais e nas práticas de criação de filhos.

O acesso à cultura (artes em geral, cinema, pintura, literatura, música, teatro), isto é, o desenvolvimento do senso estético pode promover o desenvolvimento como também pode inibir ou limitar o desenvolvimento geral da criança. Algumas culturas dão ao seu membro a oportunidade de desenvolver ao máximo seu potencial, buscam sempre novas formas de estimular e às vezes começam bem cedo este processo, outras além disso, dirigem esse processo de maneira bem rígida e meticulosa, porém há aquelas em que apenas uma parcela dos seus membros recebem recursos para tal e a outra parcela é subjugada e pouco desenvolvida.

Segundo Parker (2004) apud Papalia *et al.* (2009) a cultura também pode influenciar na composição da família, nos recursos econômicos e sociais, no modo como os membros agem em relação uns com os outros, nos alimentos que comem, nos jogos e nas brincadeiras das crianças, no modo como aprendem, no aproveitamento escolar (conhecimentos prévios no processamento da compreensão de textos orais e escritos), nas profissões escolhidas pelos adultos e na maneira como os membros da família pensam e percebem o mundo.

O contato com os pais é a primeira fonte de estimulação para o desenvolvimento da criança sendo decisivo para o seu futuro. Segundo Andrade *et al.* (2005) quanto melhor a qualidade da estimulação ambiental disponível para a criança, melhor o seu desempenho cognitivo, a presença do pai junto à mãe é considerada positiva, por ter sido encontrado pior qualidade da estimulação do desenvolvimento cognitivo em crianças cujo principal cuidador não possuía companheiro. A família desempenha ainda o papel de mediadora entre a criança e a sociedade, possibilitando a sua socialização, elemento essencial para o desenvolvimento cognitivo infantil podendo resultar em prejuízos para solução de problemas, linguagem, memória e habilidades sociais.

Encontra-se na literatura uma distinção entre desenvolvimento físico, psicológico e psicossocial, no entanto, esses domínios são inter-relacionados.

Cinco grandes perspectivas sustentam boa parte das teorias influentes e da pesquisa sobre o desenvolvimento humano: a psicanalítica (concentra-se nas emoções e nos impulsos inconscientes; da aprendizagem (estuda o comportamento observável); a cognitiva (analisa os processos do pensamento); a evolucionista/sociobiológica (considera as bases evolucionistas) (PAPALIA *et al.*, 2009).

Antes de abordar sobre a perspectiva cognitiva cabe, primeiramente, esclarecer sobre o que vem a ser o termo “cognição”, este termo não possui uma definição que limite seu sentido com precisão.

A cognição é compreendida como sendo uma atividade mental predominantemente humana que segundo Flavel *et al.* (1999 p.09) inclui o conhecimento, a consciência, a inteligência, o pensamento, a imaginação, a criatividade, a geração de planos e estratégia, o raciocínio, as inferências, a solução de problemas, a conceitualização, a classificação, a formação de relações, a simbolização, os movimentos motores organizados, a percepção, a fantasia e os sonhos.

Esse estudo se orienta pela perspectiva Piagetiana desenvolvido por Jean Piaget, no qual dividiu o desenvolvimento infantil em estágios, que são eles: sensório-motor do bebe, pré-operatório em crianças de 2 a 7 anos, operatório concreto em crianças de 7 a 11 anos e o operatório-formal do 11 aos 15 anos.

Segundo a teoria de Piaget em cada um desses estágios, o desenvolvimento acontece por meio de três processos que são inter-relacionados: organização, adaptação e equilibração.

Na organização criam-se estruturas cognitivas que vão se tornando cada vez mais complexas: sistemas de conhecimento ou modo de pensar que incorporam imagens da realidade cada vez mais precisas. Essas estruturas cognitivas, chamadas de esquemas, são padrões organizados de comportamento que uma pessoa utiliza para pensar sobre e atuar em uma situação. Então à medida que a criança adquire mais informações seus esquemas tornam-se cada vez mais complexos.

A adaptação é o modo como a criança lida com as novas informações à luz do que já sabe. A adaptação ocorre por intermédio de dois processos complementares: a assimilação que é a absorver informação nova e incorporá-la às estruturas cognitivas existentes e a acomodação que é ajustar as próprias estruturas cognitivas para encaixar a informação nova.

A equilibração é um esforço constante para atingir um equilíbrio estável, estabelece a passagem da assimilação para acomodação. Quando se consegue lidar com suas novas experiências dentro de suas estruturas cognitivas existentes, vivenciando assim um equilíbrio, ela organiza novos padrões mentais que integram a nova experiência, restaurando um estado mais confortável de equilíbrio. (PAPALIA *et al.* 2009).

Através das relações que a criança estabelece com o outro e com o mundo, as experiências vivenciadas por ela, que esta aprenderá uma forma de reagir frente às situações sendo lhe esta familiar ou não, bem como uma maneira de compreender o outro e o mundo, a sua volta e desenvolverá sua capacidade de resolução de problemas. Por isso os estímulos são tão importantes na infância, o adulto equilibrado de amanhã depende muito dos estímulos para o desenvolvimento que esta teve durante a infância.

A seguir, será discutida a questão da saúde mental da criança.

2.3 Saúde Mental da Criança

Segundo Brasil (2005) a estimativa do Ministério da Saúde é que de 10% a 20% das crianças e adolescentes sofram de distúrbios mentais, sendo os mais prevalentes a deficiência mental, o autismo, a psicose infantil, os transtornos de ansiedade, o uso de substâncias psicoativas.

Alguns estudos também revelam que as psicopatologias presentes nas mães tendem a refletir nos filhos que podem desenvolvê-las posteriormente.

Nunes-Costa *et al.* (2009) revela que as crianças de pais separados deprimidos ou ansiosos se tornam mais propensas a desenvolver transtorno de depressão e ansiedade, maiores comportamentos oposicionais, menor auto estima, menor comportamento social, maiores déficits de atenção (PILOWSKY D, WICKRAMARATNE P, NOMURA Y, WEISSMAN M., 2006 *apud* NUNES-COSTA *et al.* 2009). E isso se deve ao fato de que mães depressivas tendem a demonstrar afeto de maneira mais negativa, a serem mais negligentes, mais hostis, serem menos consistentes nas práticas educativas, menores cuidados com a saúde das crianças, menor disponibilidade emocional e mais comportamentos parentais de risco (LOVEJOY MC, GRACZYK PA, O'HARE E, NEUMAN G., 2000 *apud* NUNES-COSTA *et al.* 2009).

Nos estudos sobre a prevalência de crianças com depressão parece não haver um valor determinado, segundo Barbosa e *cols.* (1996) a porcentagem encontrada em seu estudo com 807 crianças brasileiras com a faixa etária de 7 a 17 anos, foi de 22%, mas essa prevalência pode variar de 0% a 64% em função de aspectos regionais, econômicos e pessoais (EZPELETA *et al.*, 1988 *apud* BARBOSA e *cols.*, 1996).

As situações de conflito parental é considerada como a etiologia de distúrbios emocionais na criança e no adolescente (CUMMINGS & DAVIES, 2002; WAMBOLDT & WAMBOLDT, 2000 *apud* BENETTI, 2006) e as crianças expostas a este conflito apresentam maior incidência de sintomas de ansiedade, agressividade, distúrbio de conduta (JENKINS & SMITH, 1991 *apud* BENETTI, 2006) e depressão (KATZ & GOTTMAN, 1993 *apud* BENETTI, 2006).

É importante destacar que a presença de distúrbios emocionais na criança não está relacionada unicamente à situação do divórcio parental, mas, sim, à exposição da criança aos conflitos intensos (BENETTI, 2006).

Outro fator que se mostra relevante é a razão ou o motivo do conflito que pode ser semelhantemente associado como outra fonte de estresse para a criança, pois algumas vezes os conflitos tratam de situações relacionadas à própria criança, como por exemplo, as questões de cuidado e supervisão nas quais os pais divergem sobre suas opiniões ou condutas, provocando intensa ansiedade infantil (CUMMINGS, 1998 *apud* BENETTI, 2006).

As crianças muitas vezes ficam paralisadas e confusas frente ao rompimento de seus pais e não fazem perguntas sobre o que aconteceu. Souza (2000) acrescenta que as crianças nem sempre estabelecem a relação causal conflito-separação, com isso é importante que os pais expliquem aos filhos os motivos da separação, bem como os aspectos da vida da criança que irão mudar e estas informações precisarão ser repetidas por várias vezes e em diferentes momentos para que a criança compreenda melhor o que esta acontecendo e não externalize seu sofrimento e incompreensão através de sintomas.

Nunes-Costa *et al.* (2009) afirma que os comportamentos psicopatológicos encontrados nas crianças filhas de pais que se divorciaram, podem ter a sua gênese num ambiente familiar conflituoso, com práticas parentais desajustadas que resulta de uma transição familiar desadaptativa.

Outras psicopatologias podem ser desenvolvidas nas crianças, oriundas do impacto do divórcio dos pais. Encontrou-se também uma “psicopatologia” que ainda não compõe os manuais de diagnóstico como o DSM-IV e a CID-10, mas que tem sido encontrado principalmente em crianças que vivenciaram o divórcio parental, que é a Síndrome de Alienação Parental (SAP).

A Síndrome de Alienação Parental (SAP) é um distúrbio da infância que aparece quase exclusivamente no contexto de disputas de custódia de crianças. Sua manifestação preliminar é a campanha denegritória contra um dos genitores, uma campanha feita pela própria criança e que não tenha nenhuma justificação. Resulta da combinação das instruções de um genitor (o que faz a “lavagem cerebral, programação, doutrinação”) e contribuições da própria criança para caluniar o genitor-alvo. Quando o abuso e/ou a negligência parentais verdadeiros estão presentes, a animosidade da criança pode ser justificada, e assim a explicação de Síndrome de Alienação Parental para a hostilidade da criança não é aplicável (RICHARD A. E GARDNER. M.D. 2002).

E segundo Richard e Gardner (2002) a SAP possui um conjunto de sintomas que aparecem na criança geralmente juntos, especialmente nos tipos moderado e severo. Que são estes:

1. Uma campanha depreciativa contra o genitor alienado.
2. Racionalizações fracas, absurdas ou frívolas para a depreciação.
3. Falta de ambivalência.
4. O fenômeno do “pensador independente”.
5. Apoio automático ao genitor alienador no conflito parental.
6. Ausência de culpa sobre a crueldade a e/ou a exploração contra o genitor alienado.
7. A presença de encenações ‘encomendadas’.
8. Propagação da animosidade aos amigos e/ou à família extensa do genitor alienado.

Segundo Raposo *et al.* (2010) o divórcio em si não é responsável direta pela qualidade do ajustamento da criança, mas sim a manutenção do bem-estar financeiro da família, ajustamento psicológico dos pais, coparentalidade positiva e resolução de conflitos interparentais são as dimensões primordiais.

A dificuldade no ajustamento da criança ao divórcio dos pais, pode também desencadear o chamado Transtorno de Ajustamento (DSM-IV) ou Transtorno de Adaptação (CID-10).

Esse transtorno é caracterizado pelos sintomas de angústia, desconforto emocional depressão e estresse reativos à necessidade de adaptação por mudanças importantes e impactantes de vida. Como por exemplo: divórcio, separação dos filhos, mudança de casa, escola, país, mudança de emprego, função, perda por morte natural de entes queridos. São mais intensos nas crianças, adolescentes e idosos, que são, por questões inerentes ao psiquismo destas faixas etárias, mais suscetíveis às mudanças de vida (BRASIL, 2007).

2.4 Terapia Cognitivo-Comportamental

Os primeiros trabalhos com as terapias cognitivas aconteceram por volta do fim dos anos 60, e conforme Andretta e Oliveira (2011) surgiram devido a insatisfações com os modelos estritamente comportamentais, que não reconheciam a importância dos processos cognitivos como mediadores do comportamento (DOBSON

& BLOCK, 1988; DOBSON & SCHERRER, 2004; FALCONE, 2006 *apud* ANDRETTA E OLIVEIRA 2011).

No Brasil, a terapia cognitiva tem suas origens no enfoque comportamental, mas foi somente no final dos anos 80 e início dos anos 90, é que se configurou um primeiro movimento de integração dos modelos cognitivos e comportamentais (KNAPP, 2004).

Aaron Beck é conhecido como o precursor da terapia cognitiva, desenvolvido a partir do trabalho com pacientes depressivos. Este modelo de terapia se sustenta em cinco elementos que estão envolvidos na conceitualização de dificuldades psicológicas humanas (BECK, 1985; BECK, 1995; PADESKY E GREENBERG, 1995 *apud* FRIEDBERG E MCCLURE, 2004), são eles: contexto interpessoal/ambiental, fisiologia, funcionamento emocional, comportamento e cognição do indivíduo, todos estes aspectos se modificam e interagem, criando um sistema dinâmico e complexo.

Esses elementos devem ser considerados pelo terapeuta cognitivo, para que sua intervenção seja eficaz. Sendo que esta ocorrerá em nível cognitivo-comportamental no intuito de influenciar os padrões de pensamentos, de ação, sentimentos e reações corporais (ALFORD E BECK, 1997 *apud* FRIEDBERG E MCCLURE, 2004) pois as abordagens cognitivas partem do pressuposto de que em um processo interno e oculto de cognição, media o comportamento. Desse modo, a interpretação do evento é que gera as emoções e o comportamento, e não o evento em si como preconiza a abordagem comportamental (KNAPP, 2004). Portanto, a forma como as crianças interpretam a experiência do divórcio parental é que molda seu funcionamento emocional.

No tratamento de criança com a Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC), segue-se esse mesmo padrão citado acima, porém algumas adaptações devem ser feitas no intuito de adequação da linguagem à da criança e a etapa de desenvolvimento geral da criança, como propõe Friedberg e McClure, (2004), em que na terapia cognitiva com criança, deve-ser considerar cuidadosamente as idades das crianças bem como suas habilidades sócio-cognitivas, já que esta se baseia na em capacidades verbais e cognitivas do paciente.

Nesse modelo de intervenção terapêutica é recomendado que se realize a psicoeducação dos pais e crianças sobre os transtornos ou problemas. Essa intervenção ocorre em vários momentos da terapia, mas no geral acontece no

primeiro momento a psicoeducação sobre o modelo cognitivo-comportamental de terapia, no segundo momento, após a obtenção do diagnóstico nosológico, ocorre a psicoeducação sobre o transtorno e no caso de atendimento à criança inclui-se em algumas sessões a psicoeducação sobre o manejo do comportamento da família.

Essa psicoterapia lança mão de várias técnicas cognitivas e comportamentais para auxiliar nas intervenções. A reestruturação cognitiva, isto é, mudança dos padrões de pensamento e crenças é uma técnica cognitiva muito utilizada na TCC e tem por objetivo ensinar ao paciente a identificar e modificar pensamentos e crenças disfuncionais através do registro de pensamentos disfuncionais e questionamento socrático (ANDRETTA E OLIVEIRA, 2011), a técnica comportamental de treinamento de relaxamento é também muito utilizada na TCC, tem por finalidade a diminuição da tensão muscular, para o enfrentamento de situações que provocam sentimentos de ansiedade e raiva.

Porém na TCC com crianças, recomendam que o terapeuta busque utilizar as técnicas de forma metafórica, divertida e bem humorada por meio de textos literários com variados métodos como contação de histórias (leituras dramatizadas), teatro com fantoches, assistência a filmes e desenhos para testar seus pensamentos (FRIEDBERG E MCCLURE, 2004). No tratamento de criança que vivenciam o divórcio parental, essas técnicas são muito úteis, pois auxilia a criança a questionar certos pensamentos distorcidos sobre o divórcio parental e também a reduzir a tensão em situações propícias de conflito parental, como por exemplo, o dia que o pai busca ou deixa o filho com o detentor da guarda e esse acaba aproveitando a oportunidade para reclamar algo com o outro e a criança fica tensa ao saber que o momento de encontro entre os pais pode acabar em brigas.

Ao tratar-se da estrutura, a sessão de TCC possui seis componentes centrais: o registro do humor, a revisão da tarefa de casa, o estabelecimento da agenda, o conteúdo da sessão, a atribuição de tarefa de casa e evocação de *feedback* do paciente (FRIEDBERG E MCCLURE, 2004). Cada um desses componentes possui sua importância e ajuda o paciente na compreensão de seu processo terapêutico.

Na TCC trabalha-se com a identificação e modificação em três níveis da cognição: os pensamentos automáticos, as crenças subjacentes e as crenças nucleares ou centrais, sendo estes considerados distorcidos da realidade ou desadaptativo.

Segundo Wright *et al.* (2008) os pensamentos automáticos são aqueles que ocorrem de forma rápida à medida que se avalia o significado de acontecimentos na vida e normalmente são privados ou não-declarados.

As crenças subjacentes ou intermediárias são regras e suposições que o indivíduo assume para si no intuito de diminuir seu sofrimento (RANGÉ, 2001).

Já as crenças centrais assumem o formato de regras globais e absolutas para interpretar os eventos (WRIGHT *et al.*, 2008).

Sendo assim, os esquemas cognitivos são formados a partir das crenças subjacentes e centrais que segundo Wright *et al.* (2008) atuam como matrizes ou regras para o processamento de informação e se tornam princípios duradouros de pensamento no início da infância através da influência de uma infinidade de experiências de vida, que incluem os ensinamentos e o modelo dos pais, as atividades educativas formais e informais, as experiências de seus pares, os traumas e sucessos.

Portanto, baseando-se nos pressupostos da TCC a experiência da criança com o manejo inadequado do divórcio parental pode se tornar uma variável que terá influência sobre seus padrões de cognição, isto é, rejeição, abandono, desesperança, entre outros. Tornar esse padrão adaptativo é o objetivo da TCC, pois o indivíduo passa a ser capaz de refletir e modificar o seu padrão de pensamento e comportamento, adaptando-se a sua realidade.

Outro aspecto pertinente para a TCC é a consideração de Benetti (2006) sobre as características pessoais. Informações sobre a idade, sexo e processos cognitivos das pessoas que vivenciam o divórcio parental podem determinar os efeitos da exposição da criança ao evento.

A próxima sessão descreverá os procedimentos metodológicos adotados na pesquisa.

3 MÉTODOS

Apresenta-se primeiramente a Na presente revisão de literatura, recorreu-se a base de dados Scielo, revistas eletrônicas, periódicos e sites especializados, utilizando as palavras chaves: Psicoterapia Cognitiva Comportamental; Divórcio; Cognição; Saúde mental. Foram selecionados os artigos mais representativos sobre o tema, dado a preferência aos mais recentes. Também foram consultados alguns livros de referência que se justifiquem no tema da presente revisão.

4 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A partir do que foi estudado, parece poder-se inferir que o divórcio por si só não gera implicações danosas ao desenvolvimento cognitivo e à saúde mental da criança.

Como afirma Nunes-Costa *et al.*(2009) que a separação ou divórcio dos pais pode desencadear a diminuição da saúde física e psicológica, porém não significa por si só a desadaptação desenvolvimental da criança. A associação de fatores de risco, como o conflito conjugal, pode desencadear adaptação inadequada da trajetória desenvolvimental, com piores níveis de saúde física, sintomatologia psicopatológica, pior rendimento acadêmico e comportamentos de risco. Dessa forma, Fincham (1994 *apud* BENETTI, 2006) argumenta que os estudos recentes determinam a influência específica da dimensão conflito conjugal e, apontam algumas características do conflito conjugal (níveis de intensidade, frequência, conteúdo e resolução, além de serem expressas no cotidiano familiar de forma aberta ou encoberta), como mais relevantes e determinantes para aspectos negativos do desenvolvimento infantil em geral. Pois gera um estado afetivo de ansiedade/ medo na criança, que utiliza estratégias de enfrentamento para lidar com a situação, baseadas nas suas características cognitivas e atribuições causais (BENETTI, 2006).

Esse mesmo autor ressalta que situações em que os conflitos são resolvidos de forma satisfatória entre o casal não possuem necessariamente características tão negativas e, ao contrário, muitas vezes geram importantes processos de amadurecimento emocional e cognitivo na criança, em função de que promovem discussões menos coercivas, agressivas e com menor ataque verbal ao companheiro (CUMMINGS, 1998; GRYCH & FINCHAM, 1990 *apud* BENETTI, 2006).

Portanto a presença de conflito conjugal no processo do divórcio parental parece também não se mostrar por si só como determinante de prejuízo do desenvolvimento e da saúde da criança, depende muito das características do conflito como: a intensidade, o conteúdo, a frequência, a resolução e a forma (aberta ou encoberta). Com isso é plausível supor que a criança poderá desenvolver recursos inadequados de resolução de problemas se a forma de resolução de problemas dos pais forem desequilibrada, o que poderá comprometer as relações atuais e futuras dessa criança..

Outro fator de risco encontrado nesse estudo, que pode comprometer o desenvolvimento cognitivo e a saúde mental da criança é a queda acentuada do

padrão econômico da família, isso pode fazer com que a criança sofra restrições de alimentação, lazer, educação e acesso a saúde. A carência desses recursos pode implicar em um comprometimento do desenvolvimento cognitivo da criança, dada a importância, por exemplo, de uma nutrição adequada e de uma boa escola.

A partir do que foi observado nesse estudo, a diminuição no contato com um dos pais também pode ser prejudicial para a criança, dada a importância da relação com ambos pais para a estimulação adequada do desenvolvimento cognitivo da criança. O distanciamento físico de um dos pais como, a mudança desse para outra cidade, estado ou país pode ainda se tornar prejudicial para a criança, visto que reduz o contato físico como abraços, carinhos, pegar no colo e outras demonstrações de afeto por parte do pai com o/a filho/a. Esse contato é super importante no desenvolvimento do sentimento segurança e amparo na criança, portanto a ausência do contato físico pode desencadear sentimentos e crenças de desamparo nessa criança. Segundo Carter e cols. (1995) Conforme as crianças se aproximam dos seus anos de idade, sua luta pela independência está estreitamente ligada ao sentimento de segurança. Com a perda de um dos pais, sua segurança fica ameaçada.

Constatou-se também que a deficiência na comunicação entre a díade parental e a criança pode desencadear sintomas e posteriormente o desenvolvimento de psicopatologias. Ou seja, o uso do/a filho/a como intermediária do diálogo parental, pode gerar um alto nível de estresse, ansiedade e depressão na criança, como aponta os estudos. Bem como a falta de diálogo com a criança sobre a decisão do divórcio por parte dos pais e sobre as possíveis mudanças que ocorrerá na vida da família.

Portanto as evidências sugerem que o manejo inadequado por parte dos pais antes e após o divórcio pode comprometer consideravelmente o desenvolvimento cognitivo e a saúde mental da criança.

Encontrou-se também nesse estudo características que podem contribuir para a adaptação da criança ao divórcio parental, sendo eles: a autoestima, a competência cognitiva, autonomia, suporte social, a idade, a maturidade, gênero e temperamento. O que corrobora com

A partir do que foi abordado no estudo, é plausível supor que a presença dos pais na vida do/a filho/a é de suma importância principalmente na infância, período em que este depende do par parental para ajudá-la a se integrar em seu meio social de maneira adequada, aspectos como solução de problemas, linguagem, memória e habilidades sociais podem ser prejudicadas, caso a criança não possua o suporte necessário por meio dos pais, durante o processo de desenvolvimento, o que pode resultar em prejuízos para sua socialização.

Este estudo também apontou os possíveis comprometimentos à saúde mental da criança, advindo do processo de divórcio parental, onde alguns autores encontraram em seus estudos maior índice de depressão, estresse, ansiedade e comportamentos oposicionais, menor auto estima, maiores déficits de atenção e menor comportamento social nas crianças com pais divorciados, mas estes autores também destacam que estes fatores não estão relacionados unicamente ao divórcio, mais ao intenso conflito parental.

Segundo Amato, Kelly e Emery, (2003, *apud* PAPALIA *et al.* 2009) a maioria dos filhos do divórcio irão se ajustar razoavelmente bem à nova situação familiar, mas sua ocorrência pode aumentar o risco de problemas na adolescência ou na idade adulta, como o comportamento anti-social, dificuldades com figuras de autoridade.

Portanto a partir do que foi analisado, as crenças enquanto instancias mentais, estão presentes na formação de qualquer indivíduo. Elas são frutos de interpretações de todos os aspectos experienciados pela pessoa em todo processo existencial. São advindas de contextos históricos, culturais, econômicos, educacionais e familiares. Nesses contextos, por serem humanos, sempre existirão eventos que podem causar sofrimento (mortes, crises econômicas, violências, mudanças em geral e os divórcios). Para lidar, com esses eventos o indivíduo, a princípio, pode recorrer às suas crenças e a outros recursos externos como, religião, drogas, sexo, psicoterapias, medicina etc.

Sendo o divórcio um evento recorrente na atualidade, percebe-se que as implicações deste no processo de desenvolvimento cognitivo e na saúde mental da criança de 3 a 12 anos podem ser danosas. Quando o indivíduo que vivencia essa experiência e busca o recurso da psicoterapia, por meio da TCC, várias intervenções visam a questionar a veracidade das crenças que se estabelecem no individuo após a vivencia do evento. Com isso as crenças são reesctruturadas e o impacto dos eventos causadores do sofrimento pode ser minimizado.

Nesse sentido, a criança que passa pelo divórcio parental, pode desenvolver pensamentos e crenças distorcidas a respeito das relações, de si, dos pais, do próprio evento em si e a TCC com essa criança Dara a ela a oportunidade de ressignificar o evento por meio da reestruturação das crenças distorcidas.

5 CONCLUSÃO

Este estudo pretendeu conhecer as implicações cognitivas do divórcio no desenvolvimento cognitivo e na saúde mental das crianças que vivenciam este evento em sua família,

Procurou-se através de uma revisão bibliográfica apontar quais os fatores advindos do divórcio podem afetar o desenvolvimento e saúde da criança.

Verificou-se que o divórcio parental em si não representa necessariamente um dano para a criança, mas sim o manejo inadequado desse processo por parte dos pais. Esse manejo inadequado inclui conflitos intensos, acompanhados de agressões físicas e verbais, distanciamento de um dos pais no convívio com a criança, a comunicação inadequada que deixa a criança aflita e se sentindo responsável pelo rompimento dos pais e desamparada

A socialização, as estratégias de resolução de problemas, as habilidades sociais e a linguagem são os aspectos do desenvolvimento cognitivo da criança que sofrem maiores prejuízos pelos fatores negativos do divórcio parental.

Quanto à saúde mental e emocional da criança tratada nesse estudo, verificou-se que diversas psicopatologias podem ser desencadeadas em decorrência do divórcio parental, tanto por parte dos pais quanto dos/as filhos/as e que em alguns casos a patologia de um dos pais, principalmente daquele que possui a guarda da criança, pode também ser desenvolvida pela criança.

Os pressupostos teóricos da Terapia Cognitivo-Comportamental apontam para intervenções psicoterápicas tanto nas crianças quanto nos pais, sugere a psicoeducação como um recurso terapêutico bastante eficaz para os pais e visa intervir no nível dos pensamentos e crenças distorcidas e disfuncionais sobre o divórcio parental e em comportamento problemático.

O presente estudo não pretendeu abordar os aspectos que desencadeiam o divórcio parental, nem as implicações do recasamento dos pais, nem o impacto do divórcio parental no desenvolvimento físico e psicossocial da criança, bem como as patologias diversas da saúde geral que podem ser desenvolvidas pelo evento, tratando apenas das psicopatologias.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AHRONS, C. R., e TANNER, J. L. **Adult children and their fathers: Relationship changes 20 years after parental divorce.** *Family relations*, 52, 340-351. 2003.

ALFORD, B. A., & BECK, A. T. **The integrative power of cognitive therapy.** New York: Guilford Press. 1997.

AMATO P. R., **Children of divorce in the 1990s: an update of the Amato and Keith (1991) meta-analysis.** *J. Fam Psychol.* 15, 355-70. 2001.

AMATO, P. R. e BOOTH, A. **A generation at risk: Growing up in an era of family upheaval.** Cambridge, MA: Harvard University Press. 1997.

AMATO, P. R. e KEITH, B. **Parental divorce and the well-being of children: a meta-analysis.** *Psychol Bull* , 110, 26-46. 1991.

AMATO, P. R. **Reconciling divergent perspectives: Judith Wallerstein, quantitative family research, and children of divorce.** *Family Relations*, 52, 332-339. 2003.

ANDRADE S.A. et al. **Ambiente familiar e desenvolvimento infantil.** *Rev. Saúde Publica.* 39 (4): 606-11. 2005. Disponível em: www.fsp.usp.br/rsp. Acesso em: 15 de dezembro de 2011.

ANDRETTA, Ilana; Margareth da Silva OLIVEIRA (org). **Manual Prático de Terapia Cognitivo-Comportamental.** São Paulo, SP. Casa do Psicólogo, 2011.

BARBOSA, G.A. e cols. **Depressão infantil: um estudo de prevalência com o CDI.** *Rev. Neuropsiq. da Inf. e Adol.* 4(3): 36-40, 1996.

BECK, A. T. **Cognitive therapy, behavior therapy, psychoanalysis, and pharmacotherapy: A cognitive continuum.** In M. J. Mahoney & A. Freeman (Eds), *Cognition and psychotherapy* (pp. 325-347) New York: Plenum Press.1985.

BECK, J. S. **Cognitive therapy: Basic and beyond.** New York: Guilford Press. 1995.

BENETTI, S.P.C. Conflito Conjugal: **Impacto no Desenvolvimento Psicológico da Criança e do Adolescente**. Psicologia: Reflexão e Crítica, 19 (2), 261-268. 2006.

BRASIL. Ministério da previdência social Instituto nacional do seguro social. **Diretrizes de conduta médico-pericial em transtornos mentais**. Brasília. Editora do Ministério da previdência social. 2007.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Caminhos para uma política de saúde mental infanto-juvenil**. Brasília : Editora do Ministério da Saúde, 2005.

BUCHANAN C, HEIGES K. **When conflict continues after the marriage ends: effects of postdivorce conflict on children**. In: Grych H., Fincham F., editors. *Interparental conflict and child development*. New York: Cambridge University Press. p.: 337-62. 2001.

CANO, D. S. et al. **As Transições Familiares do Divórcio ao Recasamento no Contexto Brasileiro**. Psicologia: Reflexão e Crítica, 22(2), 214-222. 2009.

CARTER, B. e cols. **As mudanças no ciclo de vida familiar: uma estrutura pra a terapia familiar**. 2. ed. Porto Alegre. Artes médicas. 1995.

CUMMINGS, E. M. **Children exposed to marital conflict and violence: Conceptual and theoretical directions**. In: G. Holden, B. Geffner & E. Jouriles (Eds), *Children exposed to marital violence: Theory, research, and applied issues* (pp. 21-53).1998.

CUMMINGS, E.M. & DAVIES, P.T. Cummings, E. M., & Davies, P. T. (2002). **Effects of marital conflict on children: Recent advances and emerging themes in process oriented-research**. Journal of Child Psychology and Psychiatry, 43, 31-63. 2002.

DINIZ, M. H. **Curso de Direito Civil Brasileiro**. Vol. 5, 23.^a Edição, São Paulo: Ed. Saraiva, 2006.

DOBSON, K. S & SCHERRER, M. C. **História e future das terapias cognitivo-comportamentais**. In P. Knapp (Org.) *Terapia cognitivo-comportamental na prática psiquiátrica* (PP. 42-57). Porto Alegre: Artmed. 2004.

DOBSON, K. S., & BLOCK, L. **Historical and philosophical bases of the cognitivebehavioral therapies.** In K. S. Dobson (Org). *Handbook of cognitive-behavioural therapies* (pp. 3-38). New York: Guilford. 1988.

EZPELETA *et al.*, **Escalas de evaluación de la depresión infantil.** In: POLAINO, A. org. *Las depresions infantiles.* Madrid, Ediciones Morata. 1988.

FALCONE, E. M. O. **As bases teóricas e filosóficas das abordagens cognitivo-comportamentais.** In A. M. Jacó-Viela, A. A. L. Ferreira & F. T. Portugal (Orgs) *História da psicologia: rumos e percursos* (PP. 195-214) Rio de Janeiro: Nau Editora. 2006.

FEINBERG, M. **The internal structure and ecological context of coparenting: A framework for research and intervention.** *Parenting: Science and Practice*, 3, 95-131. 2003.

FINCHAM, F. D. **Understanding the association between marital conflict and child adjustment.** *Journal of Family Psychology*, 8, 123-127. 1994.

FLAVEL, J. H. et al. **Desenvolvimento cognitivo.** 3. Ed. Porto Alegre: Artes Médicas Sul Ltda, 1999.

FRIEDBERG, Robert D., McCLURE, Jessica. **A prática clínica de terapia cognitiva com crianças e adolescentes.** Porto Alegre. Artmed. 2004.

GRYCH J. H., & FINCHAM, F. D. **Marital conflict and children's adjustment: A cognitive-contextual framework.** *Psychological Bulletin*, 108, 267-290. 1990.

HETHERINGTON E. M. **The influence of conflict, marital problem solving and parenting on children's adjustment in nondivorced , divorced and remarried families.** In: Clarke-Stewart A, Dunn J, editors. *Families count-effects on child and adolescent development.* New York: Cambridge University Press. p.: 203-37. 2006.

HETHERINGTON, E. M. e KELLY, J. **For better or worse: Divorce reconsidered.** New York: Norton. 2002.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Registro Civil de Minas Gerais.** Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA. 2010. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/regciv/default.asp?t=2&z=t&o=27&u1=1&u3=1&u4=1&u5=1&u6=1&u2=1> Acesso em: 15 de dezembro de 2011.

JABLONSKI, T. et al. **Paternidade: considerações sobre a relação pais-filhos após a separação conjugal.** Paidéia, 14(29), 347-357. 2004.

JENKINS, J. M., & SMITH, M. A. **Marital disharmony and children's behavioral problems: Aspects of a poor marriage that affect children adversely.** Journal of Child Psychology and Psychiatry, 32, 793-810. 1991.

KATZ, L. F., & GOTTMAN, J. M. **Patterns of marital conflict predict children's internalizing and externalizing behaviors.** Developmental Psychology, 29, 940-950. 1993.

KELLY, J. B. e EMERRY, R. E. **Children's adjustment following divorce: Risk and resiliency perspectives.** Family Relations, 25, 325-362. 2003.

KING, V. e HEARD, H. **Nonresident father visitation, parental conflict, and mother's satisfaction: What's best for child well being?** Journal of Marriage and the family, 61, 385-396. 1999.

LAMELA, D., et al. **Adaptação ao Divórcio e Relações Coparentais: Contributos da Teoria da Vinculação.** Psicologia: Reflexão e Crítica, 23(3), 562-574. 2010.

LAMELA, D., et al. **Pais por Inteiro: Avaliação Preliminar da Eficácia de Uma Intervenção em Grupo para Pais Divorciados.** Psicologia: Reflexão e Crítica, 23(2), 334-344. 2010.

LOVEJOY M.C., GRACZYK P.A., O'HARE E., NEUMAN G., **Maternal depression and parenting behavior: a meta-analytic review.** Clin Psychol Rev., 20, 425-60. 2000.

NUNES-COSTA, R. A. et al. **Adaptação psicossocial e saúde física em crianças de pais separados.** Jornal de Pediatria by Sociedade Brasileira de Pediatria. 2009.

PADESKY, C. A. & GREENBERG, D. **Clinician's guide to mind over mood.** New York: Guilford Press. 1995.

PAPALIA, D. E. et al. **Desenvolvimento Humano.** 10. ed. Porto Alegre: AMGH, 2010.

PARKER, R. D. **The Society for Research in Child Development at 70: Progress and promise.** Child Development, 75, 1-24. 2004.

PILOWSKY D, WICKRAMARATNE P, NOMURA Y, WEISSMAN M. **Family discord, parental depression, and psychopathology in off spring: 20-year follow up.** J Am Acad Child Adolesc Psychiatry, 45, 425-60. 2006.

RANGÉ, B. **Psicoterapias Cognitivo-Comportamentais: Um diálogo com a psiquiatria.** Porto Alegre: Artmed Editora , 2001.

RAPOSO, H. S. et al. **O ajustamento da criança á separação ou divórcio dos pais.** Rev Psiq Clín. 38(1):29-33. 2011.

RICHARD A. GARDNER. M.D. **O DSM-IV tem equivalente para o diagnóstico de Síndrome de Alienação Parental (SAP)?** Departamento de Psiquiatria Infantil da Faculdade de Medicina e Cirurgia da Universidade de Columbia, New York, New York, EUA. Tradução para o português por Rita Rafaeli. 2002

SCHABELL, C. **Relações familiares na separação conjugal: Contribuições da mediação.** Psicologia: Teoria e Prática. 7 (1), 13-20. 2005.

SHAPIRO, A. & LAMBERT, J. (1999). **Longitudinal effects of divorce on the quality of the father-child relationship and on father's psychological well being.** Journal of Marriage and the Family, 61, 397-408.1999.

SILVA, Milena da R. **Sentimentos sobre a paternidade e envolvimento de pais que residem e pais que não residem com seus filhos.** 2003. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/3461/000401171.pdf?sequence=1> . Acesso em: 15 de janeiro de 2012.

SOBOLEWSKI J, AMATO P. **Parents' discord and divorce, parent-child relationships and subjective well-being in early adulthood.** Social Forces., 85:1105-24. 2007.

SOUZA, R. M. **Depois que Papai e Mamãe se Separaram: um Relato dos Filhos.** Psicologia: Teoria e Pesquisa. Vol. 16 n. 3, pp. 203-211. Set-Dez 2000.

THOMPSON, R. A. & LAIBLE, D. J. **Noncustodial Parents.** Em M. Lamb (org.). *Parenting and child development in "nontraditional" families.* pp., 103-123. New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates. 1999.

WAMBOLDT, M. Z, & WAMBOLDT, F. S. **Role of the family in the onset and outcome of childhood disorders: Selected research findings.** *Journal of American Academy of Child Adolescent Psychiatry*, 39, 1212-1219. 2000.

WRIGHT. J. H. et al. **Aprendendo a terapia cognitivo-comportamental: um guia ilustrado.** Porto Alegre: Artmed, 2008.